



**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA**  
SCS - B Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, CEP: 70308-200 – Brasília/DF.  
(61) 2027-3344/3534 - [conanda@sdh.gov.br](mailto:conanda@sdh.gov.br)

## **258ª Assembleia Ordinária do Conanda**

### **Resumo Executivo**

**08 e 09 de fevereiro de 2017**

**Local:** Escola Nacional de Administração Pública – ENAP

**Endereço:** SAIS área 2A, Setor Policial, Asa Sul- Brasília/DF

Conselheiros Titulares Presentes:

#### **Governamentais:**

Avelina Alves Lima Neta – Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda

Cláudia de Freitas Vidigal- Secretaria Especial de Direitos Humanos

Cláudio Peret Dias- Ministério da Justiça e Cidadania

Clever Alves Machado- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Celio Rene Trindade Vieira- Ministério do Esporte

Deuzinea Nogueira Da Silva – Ministério do Trabalho

Jacirene Gonçalves Lima Franco – Ministério da Saúde

Juliana Maria Fernandes Pereira – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Manoela Dutra Macedo- Casa Civil

Maria Clara das Graças Gontijo Guimarães Menna Barreto- Ministério da Educação

Pedro Marcos de Castro Saldanha – Ministério das Relações Exteriores

## **Sociedade Civil:**

Adriano de Britos – Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas - FENATIBREF

Anna Beatriz Langu Peranovich Leite - Federação Nacional das APAES-FENAPAES

Catarina de Santana Silva – Fundação Fé e Alegria do Brasil

Edmundo Ribeiro Kroger - Centro de Educação e Cultura Popular

Francisco Rodrigues Correa - Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas

Glicia Thais Salmeron de Miranda- Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Jimena Djauara Nunes da Costa Grignani- Associação Brasileira de Educação e Cultura

Lucimara Cavalcante - Associação Internacional Maylê Sara Kalí

Marco Antônio Soares- Central Única dos Trabalhadores- CUT

Renato Cesar Ribeiro Bonfim – Casa de Cultura Ilê Asé D' Osoguâ - CCIAO

Romero Jose da Silva- Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente- ANCED

Vitor Cavalcante de Sousa Valerio- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil –CNBB

Vitor Benez Pecler – Instituto Tellus

## **Conselheiros Suplentes Presentes:**

### **Governamentais**

Carlos Frederico Carvalho Redmond Fortes- Ministério da Justiça

Claudio Luiz Pinheiro da Silva- Ministério do Esporte

Danyel Iório- Secretaria Especial de Direitos Humanos

Fábio Costa de Souza – Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda

Marinalva Cardoso Dantas – Ministério do Trabalho

Maria Helena de Aguiar Notari- Ministério das Relações Exteriores

**Sociedade Civil:**

Ana Oliva Marcilio de Souza – Educação e Mobilização Social - AVANTE

Antonio Lacerda Souto - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura –  
CONTAG

Cibele Kuss – Fundação Luterana de Diaconia - FLD

Cristiana dos Santos Luiz – Coletivo Nacional de Juventude Negra

Élio Braz Mendes – Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB

Heloisa Helena Silva de Oliveira – Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e do  
Adolescente

João Batista do Espírito Santo Júnior – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de  
Rua – MNMMR

José Felipe dos Santos – Articulação Brasileira de Gays – ARTGAY

Juliana Iglesias Melim – Conselho Federal de Serviço Social - CFESS

Liorcino Mendes Pereira Filho – Movimento Nacional de Direitos Humanos

Manoel Torquato Carvalho de Souza- Associação Nacional Criança Não é de Rua

Sarah Magalhães Urbietta – Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil - REDTRANS

Sérgio Eduardo Marques da Rocha – Aldeias Infantis SOS Brasil

Thais Nascimento Dantas- Instituto Alana

**DEMAIS PARTICIPANTES:**

Ana Claudia Castro – UNESCO/Conanda/SDH/MDH

André Lima – Conanda/SDH/MDH

Ana Maria Spaniol – CGAN/MS

André Codo Jakob – SNDCA/MDH

Arlete Alves – Conanda/SDH/MDH

Carolina Brandão – SNDCA/MDH

Cleide Duarte – Conanda/SDH/MDH

Denise Ferez – CGPFC/SNDCA

Flávia Mundim – SNDCA/MDH

Inajara Oliveira – SNDCA/MDH

João Guilherme – SNDCA/MDH

Juliana Carrinho – SNDCA/MDH

Heloiza Egas – SNDCA/MDH

Karla Abreu – Conanda/SDH/MDH

Marcia Rocha – FNDCA/MDH

Maria Gutenara Martins Araújo – Coordenadora-Geral Substituta do  
Conanda/SDH/MDH

Maria Izabel da Silva – Consultora Individual

Maria Yvelônia Barbosa – SNAS/MDSA

Mariana Baldoni Amaral - FLACSO

Mauricio Cunha – CNAS

Nita Queiroz – ASCOM/CFP

Paulo César – SNDCA/MDH

Renato Marianno – Comissão de Anistia Ricardo Peres da Costa – Sinase/SNDCA

Ronaldo Moyses – FLACSO

Rubens Bias - MS

Thereza de Lamare – Ministério da Saúde

Wilma Souza – FLACSO

## **08 de fevereiro**

**9h-11h:** Posse da gestão 2017-2018 e abertura da 258ª Assembleia Ordinária do Conanda;

**11h-11h30h:** Apresentação das competências do Conanda, Comissões Permanentes, representações externas, apresentação da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança;

**11h30-13h:** Reunião da Sociedade Civil para organização dos representantes nas Comissões e nas representações externas;

**13h- 14h** Intervalo para o Almoço;

**14h-15h:** Indicação para presidente, vice-presidente e composição das Comissões Permanentes, definição das coordenações, relatorias das comissões; definição das representações externas;

**15h-19h30:** Oficina de Planejamento Estratégico da gestão 2017-2018;

**19h30:** Encerramento do primeiro dia de Oficina.

Item 1. Posse da gestão 2017-2018 e abertura da 258ª Assembleia Ordinária do Conanda;

**Principais pontos abordados:** Deu início a cerimônia de posse da gestão 2017-2018, com a composição da mesa a Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente- Cláudia de Freitas Vidigal, o representante do Fundo de Populações das Nações Unidas – Jaime Nadal Ray, Secretária Nacional do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente- Marcia Rocha e a Secretária Executiva do Conanda - Maria Gutenara. Em seguida registrou a presença de Ronaldo Moisés- Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), Iza Oliveira – Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, em seguida deu início a apresentação das organizações eleitas da sociedade civil e órgãos do governo federal para exercerem o mandato do biênio 2017-2018. Em seguida fez a chamada do Eixo I, referente aos fóruns, comitês, redes e movimentos de nível nacional de composição exclusiva da sociedade civil que atuam em um dos eixos de promoção, proteção, defesa e controle social dos direitos da criança e do adolescente como organização titular, a Fundação Fé e Alegria do Brasil – Catarina de Santana Silva, organização suplente Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil – Sarah Magalhães Urbietta. No eixo II, referente as entidades que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente em situação de rua, deficiência, representativas da sociedade de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, étnico-racial, nacionalidade, do campo, da floresta e das águas, povos e comunidades tradicionais, como organizações titulares, a Associação Internacional Maylê Sara Kalí – Lucimara Varanis Cavalcante, Centro de Educação e Cultura Popular – Edmundo Ribeiro Kroger, Casa de Cultura Ilê Asé D’ Osoguã - Renato Cesar Ribeiro Bonfim, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Antônio Lacerda Souto, Federação Nacional das APAES – Anna Beatriz Langue Peranovich Leite, citando também as organizações suplentes, Associação Nacional Criança Não é Rua – Manoel Torquato Carvalho de Souza, Movimento Nacional dos Direitos Humanos – Liorcino Mendes Pereira Filho, Coletivo Nacional de Juventude Negra, Cristiana dos Santos Luiz, Articulação Brasileira de Gays – José Felipe dos Santos. Eixo III, referente as entidades que atuam na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente nas temáticas de saúde, educação, assistência social, esporte, lazer, trabalho, justiça e segurança pública, das crianças e adolescentes em acolhimento, em cumprimento e/ou egressos de medidas socioeducativas, como organizações titulares, a Associação Brasileira de Educação e Cultura – Jimena Djauara Nunes da Costa Grignani, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Vitor Cavalcante de Sousa Valério, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – Glicia Thais Salmeron de Miranda, Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas – Francisco Rodrigues Correa, Central Única dos

Trabalhadores – Marco Antônio Soares, Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente – Romero José da Silva, Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços – Adriano de Britos e Instituto Tellus – Vitor Benez Pegler e do governo, Conselho Federal de Psicologia – Iolete Ribeiro da Silva, Instituto Alana – Thais Nascimento Dantas, Aldeias Infantis SOS Brasil – Sergio Eduardo Marques da Rocha, Associação dos Magistrados Brasileiros – Élio Braz Mendes, Educação e Mobilização Social – Ana Oliva Marcilio de Souza, Conselho Federal de Serviço Social – Juliana Iglesias Melim, Fundação Luterana de Diaconia – Cibele Kuss, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente – Heloisa Helena Silva de Oliveira, citando também, os representantes do governo federal como órgãos titulares, Ministério da Educação – Maria Clara das Graças Gontijo Guimarães Menna Barreto e Rafael Miranda, Ministério das Relações Exteriores – Pedro Marcos de Castro Saldanha e Maria Helena de Aguiar Notari, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – Juliana Maria Fernandes Pereira e Alberto Albino dos Santos, Ministério da Saúde – Jacirene Gonçalves Lima Franco e Luiz Claudio Barcelos, Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão – Kalid Nogueira e Eduardo Gomor dos Santos, Casa Civil- Manoela Dutra Macedo e José Angelo de Carvalho Couto Neto, Ministério do Trabalho – Deuzinea Nogueira da Silva e Marinalva Cardoso Dantas, Ministério da Justiça e Cidadania – Claudio Peret Dias e Carlos Frederico Carvalho Redmond Fortes, Secretaria Especial de Direitos Humanos – Claudia de Feitas Vidigal e Danyel Iório, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Clever Alves Machado e Gabriela Cruz da Silva, Ministério da Fazenda – Claudia da Costa Martinelli Wehbe e Thiago Stein de Melo e Sousa, Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda – Avelina Alves Lima Neta e Fábio Costa de Souza, Ministério da Cultura – Jorge Adolfo Freire Silva e Thaís Borges da Silva Pinho Werneck, Ministério do Esporte – Celio Rene Trindade Vieira e Claudio Luiz Pinheiro da Silva. Em seguida, Marcia Rocha – Secretária Nacional do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, desejou bom dia a todos e todas e saudou o dia, informando que o Fórum é legítimo à sociedade civil e responsável pela organização do processo eleitoral realizado de forma democrática. Informou que tiveram um número significativo de entidades representando vários territórios do Brasil, participação de entidade de matriz africana e pela primeira vez assumindo o conselho, a permanência dos povos ciganos, ressaltou a importância da participação dessas entidades trazendo questões para discussão no Conanda, citando também as representações ARTGAY e REDTRANS. Informou que o Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente realiza as reuniões e que conta com a participação dos conselheiros para articulações e proximidade com as demandas levantadas pelo conselho, com o objetivo de fazer incidência política e proteger os direitos da criança e do adolescente. Marcia Rocha, parabenizou todos os conselheiros e entidades que se dispuseram a estar presente e as que participaram do processo eleitoral e convidou à participação junto ao Fórum para viabilizar condições de apoio para os conselheiros da sociedade civil. Em seguida, agradeceu a presença de Mauricio Cunha, conselheiro sociedade civil do CNAS e solicitou proximidade junto ao Fórum Nacional dos Direitos da Criança e finalizou agradecendo à plenária. Em seguida, o representante do Fundo de Populações para as Nações Unidas (UNFPA), Jaime Nadal Ray, que desejou bom dia a todos e todas agradecendo a secretária Cláudia Vidigal pelo convite de participação da mesa na plenária, saudando também os componentes da mesa e parabenizou as entidades pela nomeação. Em seguida, Jaime Nadal saudou a presença do conselheiro Pedro Saldanha, vinculado ao Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores e Thereza de Lamare do Ministério da Saúde. Jaime Nadal destacou a importância das intervenções entre crianças e adolescentes e informou que o sistema das nações unidas adotou a agenda 2030 para o

desenvolvimento sustentável e explicou que tem como objetivo a garantia de uma sociedade civil, informando que o Fundo de População publica anualmente um relatório Situação da População Mundial e o tema abordado foi “Como nosso futuro depende de meninas nessa idade decisiva” e explicou que o relatório analisa o modo como fatores cruciais como leis, serviços, políticas, investimentos, dados, padrões que permitem garantir os direitos das meninas com idades entre 10 anos ou mais podem determinar o cumprimento da Agenda 2010 e seus 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, em seguida ressaltou que o relatório Situação da população Mundial 2016 mostra que o futuro coletivo depende de como apoiamos cerca de 60 milhões de meninas com idade de 10 anos de idade iniciando sua passagem da adolescência para a idade adulta. Em seguida parabenizou a todos que assumiram uma plataforma importante para garantir a sustentabilidade e inclusão social para todas as crianças e adolescentes. Cláudia Vidigal iniciou sua fala cumprimentando todos os conselheiros que tomaram posse e presentes na plenária, agradecendo ao Jaime Ray pela participação da mesa, Maria Gutenara, secretária executiva do Conanda, cumprimentou também todos os conselheiros governamentais, Iza Oliveira – Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Ronaldo Moisés-Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), Mauricio Cunha, conselheiro do CNAS e informou que foi muito bem recebida pelo conselho e falou sobre o trabalho em conjunto do Conanda e CNAS, ressaltou que anseia pela parceria do MDAS com os dois conselhos. Cumprimento também, Maria Izabel, ex-presidente do Conanda. Cláudio informou que convidou a equipe de liderança da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente para apresentação aos conselheiros. Em seguida Cláudia Vidigal fez um discurso: “Somos um povo diverso e plural e é dessa diversidade cultural que emana a nossa maior força, somos sociedade civil e somos governo nessa sala, somos de estados diferentes, de territórios diferentes e de lutas diferentes, mas há algo que nos une aqui, a defesa dos direitos da criança e do adolescente. No artigo 227º da constituição reside a resposta para muitas das mazelas da nossa sociedade e nós acreditamos, todos, que assegurar com a absoluta prioridade os direitos da criança e do adolescente é dever do estado, da família e da sociedade e por isso estamos aqui hoje. Muitos de vocês já participaram do Conanda, mas o grupo é novo, o momento é novo e espero que esse frescor de quem chega, de um ano que começa, de um ciclo que se inicia e de um novo ministério que nos acolhe, porque nos também acabamos nesta semana de ser acolhidos pelo Ministério dos Direitos Humanos, eu espero que esse frescor crie um terreno fértil para que o nosso trabalho de defesa dos direitos de crianças e de adolescentes possam acontecer. Estou confiante de que sim, de que a trajetória da ministra Luizlinda Valois possa nos inspirar e alimentar a nossa fé e que é possível transformar este que é um dos países mais desiguais do mundo em uma terra de oportunidades e uma nação para todos. Gente é feita para brilhar e assim a excelentíssima ministra o fez, ela brilhou. Recebe minha admiração e respeito, e é um forte emblema para todos nós, negra, pobre, mulher e ministra, pautemos nossas políticas para mais histórias como da excelentíssima Dra. Luizlinda Valois. Os tempos são de maiores dificuldades, políticas, econômicas, sociais, ideológica e maior também terá que ser a nossa capacidade de articulação, de comprometimento e de trabalho coletivo. A onda de conservadorismo que avassala nossos corações mundo a fora ela existe e existe mesmo, ela está crescendo e não só no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa toda, ela existe, é real. E a percepção que o pacto social não está sendo cumprido, gera em todos nós medo e em muitos, raiva, e é deste mesmo medo e desta raiva que emana toda violência que a gente vê acontecendo no território. O Brasil tem 50.000 homicídios por ano, um país que neste momento é assolado pelo medo, o medo gera raiva, a raiva gera violência e assim seguimos num ciclo que muitas vezes é difícil de ser quebrado e é fácil de ser repetido em microcosmos, fácil

de repetir esse mesmo ciclo de raiva, de intolerância, de dificuldade em lidar com a diferença. Esse grupo aqui não é composto pelos nossos melhores amigos, pelos nossos amigos de infância, ele é composto por pessoas que vem de lugares diferentes e que portanto terão a chance de fazer deste grupo, um grupo brilhante é a diferença, a diversidade. Nós ouvimos a apresentação tanto dos ministérios que representam as mesmas diversas pautas, quanto dos conselheiros da sociedade civil que vem de diversos caminhos e percursos, a potência que nós podemos ter aqui, mas vemos também que o nosso maior tesouro pode ser a nossa ameaça. É possível que em alguns momentos tenhamos maiores dificuldades em construir o diálogo e lembrarmos o que nos une aqui é um ponto comum, é a defesa dos direitos da criança e dos adolescentes e que nestes tempos avassaladores de conservadorismo nós precisamos estar juntos, não podemos pressentir um dos outros, governo de sociedade civil, sociedade civil de governo, uma pauta de outra. No relatório de 25 anos do ECA, lançado por este conselho, em parceria com a secretaria, com a Flacso e com o PNUD, nós podemos avaliar os avanços no que tange os direitos da criança e do adolescente, foram muitos, podemos partir da mortalidade infantil, universalização da escola, desnutrição, foram diversos avanços, passamos por muitos campos, comemoramos, celebramos, é claro os muitos avanços conquistados, mas não com tanto entusiasmo porque sabemos que há ainda muitos avanços para serem percorridos e sobretudo me permitem, já pautando um pouco as prioridades que me vem a mente quanto secretária, sobretudo no que tange sobre aos direitos dos adolescentes, cada vez mais a gente percebe os adolescentes sendo afastados, presos, negligenciados, sendo mortos e a gente sabe que essa fala se repete, eu faço questão de repeti-la, porque são os negros, os pobres da periferia, enquanto cantos a gente ouve essa fala se repetindo, mas ela permanece, os números aumentaram, a tendência da curva continua a subir, temos muito trabalho a fazer, sim, celebrando o que há de bom, mas pautando sobretudo no que há de difícil. A escola é pouco atrativa, a atividade cultural escassa, droga chegando em todos os municípios e os municípios assolados pelas drogas, os adolescentes participando desse processo e cada vez mais apartados da condição de cidadão. E esse é o nosso campo de batalha, de trabalho, campo que precisamos propor, ter propostas, trazer argumentos, políticas públicas, estratégias para inclusão dos adolescentes esperançosos, mais cansados de terem seus gritos sem ecos. Nós precisamos escutá-los, o Conanda é responsável por este espaço, dar as mãos a tecnologia, abrir novos espaços de participação, espaços onde eles possam se colocar. As ocupações foram um grande movimento, um momento de brilho e que todos nós olhamos para a adolescência e vimos uma força de mudança, uma oportunidade de indignação, transformação e que em muitos momentos acabaram esmaecendo. A força permanece lá, não tenho dúvidas que possa ser ativada em outros momentos, mas que espaços estamos favorecendo enquanto Conanda e espaço nacional de participação para esses adolescentes. Esse é um tema que está em debate, temos uma resolução que foi colocada, fizemos uma oficina, não estou falando especificamente de uma resolução, estou falando de um todo, como a gente cria estratégias para que de fato crianças e adolescentes possam ser escutados e não entrem nesse lugar que em muitos momentos eles entram e que normalmente é um lugar de ameaça, um lugar do medo, a sociedade com medo dos adolescentes que podem se revoltar, ocupar e que enfim seria melhor apartar. Educar dar trabalho, mas não educar ainda dar mais trabalho, dialogar dar trabalho, mas não dialogar dar ainda mais trabalho. Espero que este conselho seja um espaço de diálogo entre nós e com os adolescentes e crianças que é um grande desafio. De nada adianta o pouco transforma uma realidade de identificar culpados pelas falhas sociais, apontando e massacrando, o que nós precisamos neste momento ao meu ver é de círculos restaurativos em todos cantos, não só com os adolescentes do Sinase, círculos restaurativos que possam nos ver com falhas e olhar para frente, círculos restaurativos dentro das escolas, nos

espaços sociais e sobretudo no Conanda. Espero que a gente possa fazer desse espaço também um círculo restaurativo, um lugar onde a gente possa se ver, se enxergar como seres humanos incompletos, com falhas e com desejo de tentar de novo e de fazer melhor. Lembrando que é desejo do Estado e da família e da sociedade, de nós juntos assegurar esse processo com absoluta prioridade. Recebo então todos vocês de coração aberto, de cabeça aberta, com humildade, trazendo a minha modesta contribuição e da nossa equipe colocando à disposição dos conselheiros da sociedade civil para o diálogo, para o debate, para construção de novas pautas, para pautar esse conselho, não é apenas a mesa diretora, quem pauta esse conselho são as crianças, os adolescentes, os conselheiros e a secretária pode subsidiar, apoiar e encontrar caminhos para facilitar essas pautas. De minha parte assumo o compromisso de apoiar esse espaço como privilegiado de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente e desejo franca e profundamente que cada um de nós possa trazer o melhor de si para fazer o nosso conselho voar e ele ser palco para que nossas crianças e adolescentes brilhem”. Cláudia Vidigal agradeceu e em seguida foi encerrada a cerimônia de posse dos membros do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente. Cláudia Vidigal deu o informe que a ministra Luizlinda Valois convocou a primeira reunião dos secretários e por isso não participou, informou também que era a primeira reunião dos secretários do novo ministério composto pela Secretária de Políticas para as Mulheres, pela SEPPIR, pela Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria da Pessoa com Deficiência e Secretaria dos Direitos da Criança e do Adolescentes, justificando a ausência da ministra. Em seguida, solicitou a sua ausência e retorna no período da tarde. Em seguida deu início a 258ª Assembleia do Conanda, compondo a mesa Danyel Iório. Danyel Iório iniciou a fala solicitando os conselheiros que não estavam presentes no momento da posse, a apresentação na plenária. Em seguida, convocou para compor a mesa na plenária, o conselheiro Vitor Cavalcante. Maria Gutenara fez a leitura da pauta da reunião e sua aprovação.

**Informes:** Danyel Iório fez o informe sobre duas publicações, Portaria de Avaliação do Sinase e o Edital do fundo. Informou que ambos estão instruídos comparecer jurídico e prontos para serem publicados, e que devido a reforma administrativa da medida provisória 728°, explicando que a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos desvincula do Ministério da Justiça e que agora faz parte do Ministério dos Direitos Humanos e que o processo está sendo encaminhado para o primeiro despacho com a Ministra Luizlinda Valois. Em seguida informou sobre o meu pedido de vista na 257ª Assembleia do Conanda em relação à Resolução sobre participação de crianças e adolescentes no Conanda e protocolo de participação, informou que fizeram um reunião técnica e estão elaborando um contra proposta na próxima assembleia para Comissão de Mobilização e Formação. Maria Gutenara deu o informe sobre o plano de comunicação, dizendo que o Conanda aprovou no final de 2015 o plano de educação, no qual prever instrumentos em comunicação com os atores eleitos como prioritários e informou que encaminhará para os novos conselheiros o plano. Ressaltou que como complemento e como passo inicial do plano de comunicação, foi deliberado pelo conselho a contratação de uma consultoria especializada para iniciar a implementação do plano de comunicação, em seguida, apresentou a consultora do Conanda, Ana Cláudia, responsável pela construção do plano aprovado em 2015. Em seguida, Maria Gutenara, informou sobre duas agendas que o Conanda realizou no ano 2017, citando a conselheira Lucimara Cavalcante, um grupo de conselheiros do DF e gestores nacionais realizaram uma visita a Unidade de Internação de Santa Maria, informando que no dia 9 de janeiro um adolescente foi assassinado, foi produzido um relatório da visita e encaminhará durante a semana. Em seguida, informou sobre uma reunião que a conselheira Lucimara Cavalcante participou à convite do CNAS, da Comissão de Políticas Sociais, a reunião tratava-se sobre as

possíveis modificações do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), foi produzido um relatório que será encaminhado. A conselheira Jimena Djauara questionou sobre os anais da conferência. Maria Gutenara respondeu que os Anais da 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente foi produzido através de uma consultoria, e após a produção um grupo específico do Conanda fez uma avaliação da Conferência e complemento do produto da consultoria, em seguida foi encaminhado para os Conselhos Estaduais e encontra-se disponível no site da Secretaria de Direitos Humanos.

Item 2. Apresentação das competências do Conanda, Comissões Permanentes, representações externas, apresentação da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança;

**Principais pontos abordados:** A secretária executiva do Conanda, Maria Gutenara, iniciou a pauta fazendo a leitura das competências do Conanda, em seguida, apresentou a composição/estrutura e competência do Conanda. Foi apresentado também a estrutura das comissões permanentes previstas no regimento interno, algumas pautas das temáticas identificadas nas comissões e representações externas. O conselheiro Danyel Iório explicou que o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente do Conanda recebe todos os anos um orçamento no qual é feito um plano de gastos chamado de plano de aplicação e informou que é composto por linhas de atuação divididas em duas, sendo uma para o edital de chamamento público e outra parte através de busca ativa, explicando que seria a relação que o governo federal estabelece com alguns órgãos sem a necessidade de chamamento público e execução descentralizada. Maria Gutenara fez um complemento à informação apresentando um gráfico com os recursos do Fundo desde 2011-2017. Em seguida apresentou a estrutura da Secretaria dos Direitos da Criança e do Adolescente. Danyel Iório complementou informando que a estrutura pode ser alterada de acordo com a mudança para o Ministério dos Direitos Humanos. A conselheira Jimena Djauara completou e solicitou atenção as competências nos âmbitos nacionais e fez uma explicação sobre a composição da mesa diretora do Conanda. O conselheiro Edmundo Kroeger solicitou informação sobre SIPIA, criada pelo comitê gestor dos estados, relatando que ocorreu um aporte de recursos para o SIPIA e que foi realizado um levantamento para um novo reordenamento do SIPIA, informando também que fizeram uma resolução construindo um novo processo de governança, em seguida, questionou se os estados estão implementando a resolução e a nova tecnologia. Danyel Iório fez um informe dizendo que a portaria do SIPIA encontra-se no mesmo estágio da portaria do Sinase e o edital faltando um despacho com a ministra Luizlinda Valois para que seja publicada. Em seguida, explicou que fizeram uma reavaliação de todos os SIPIA e em seguida farão uma avaliação de como será aplicado. O conselheiro Danyel Iório sugeriu colocar o assunto como ponto de pauta para discussão. A conselheira Lucimara Cavalcante questionou a atribuição dada na Coordenação de Garantia de Direitos e pediu esclarecimento se haverá um diálogo para montagem de fluxo de procedimento de atendimento de crianças e adolescentes, informando que cada estado realiza de uma forma, ou uma articulação política. Em seguida, questionou sobre a pauta de adoção internacional encontra-se dentro da Coordenação de Garantia de Direitos. Danyel Iório respondeu que sobre a adoção e que a pauta será discutida entre o Ministério da Justiça e o Ministério dos Direitos Humanos, respondendo sobre a Coordenação de Garantia de Direitos que seria

debater os fluxos e fazer articulação política dentro dos territórios. O conselheiro Vitor Cavalcante convocou a sociedade civil para um debate na discussão da mesa diretora e solicitou retorno dos demais conselheiros e participantes na plenária às 14 horas.

**Item 3.** Indicação para presidente, vice-presidente e composição das Comissões Permanentes, definição das coordenações, relatorias das comissões; definição das representações externas;

**Principais pontos abordados:** Danyel Iório retomou a assembleia após o intervalo, e em seguida, fez a leitura da pauta discutida. Em seguida, anunciou a indicação do governo para a presidência do Conanda, a Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Cláudia Vidigal. A presidente Cláudia Vidigal informou que cumprirá com suas próprias expectativas em relação a atuação no Conanda e que está aberta aos conselheiros para o diálogo. Marcia Rocha (FNDCA) anunciou a escolha da sociedade civil para vice-presidência, Marco Antônio Soares- Central Única dos Trabalhadores-CUT, indicado de forma unânime. O vice-presidente Marco Antônio desejou boa tarde aos membros do governo e informou que fizeram um debate entre a sociedade civil, com posicionamento próximo à defesa intransigente entre as defesas dos direitos da criança e do adolescente, em relação à construção de um diálogo na linha do discurso da secretária pronunciado pela presidente Cláudia Vidigal. Em seguida, desejou que no ano de 2017 consigam sociedade civil e governo alinharem aos direitos da criança e do adolescente. Em seguida, informou que a sociedade civil escolheu a Comissão de Orçamento e Finanças elegendo o conselheiro Edmundo Kroeger – (CECUP) para coordenação e como demais membros da comissão, Juliana Iglesias (CFESS), Vitor Benez (Instituto Tellus), Liorcino Mendes (MNDH) e Élio Braz (AMB), em seguida Danyel Iório citou os membros do governo, para relatoria SNDCA e demais membros: Ministério da Fazenda, Ministério do Esporte e Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Danyel Iório informou os representantes da Comissão de Políticas Públicas, citando como representante da coordenação o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e os demais membros: Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Saúde. O presidente Marco Antônio Soares anunciou os representantes da sociedade civil, como relatora, Catarina de Santana (Fundação Fé e Alegria do Brasil) e demais representantes: Anna Beatriz Langue (FENAPAES), Manoel Torquato (Associação Nacional Criança Não é de Rua), Iolete Ribeiro (CFP), Cristiana dos Santos (ENEGRECER), Juliana Iglesias (CFESS), Renato Cesar (CCIAO). Citou em seguida os membros da Comissão de Mobilização e Formação (CMF) como representante da sociedade civil para coordenação, Lucimara Cavalcante (AMSK) e demais membros: José Felipe dos Santos (ARTGAY), Antônio Lacerda (CONTAG), João Batista, (MNMMR), Vitor Cavalcante (CNBB), Sergio Eduardo (Aldeias Infantis SOS Brasil) e Ana Oliva (AVANTE). Danyel Iório citou como membro governamental da relatoria Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda e demais membros Ministério da Cultura e SEPPIR. Danyel Iório citou como representante governamental da coordenação da comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar o Ministério da Justiça e demais membros: Casa Civil e Ministério das Relações Exteriores. Marco Antônio Soares anunciou como relatoria Jimena Djauara

(ABEC) e como demais membros: Thais Nascimento (Instituto Alana), Romero José (ANCED), Élio Braz (AMB), Heloisa Helena (Fundação ABRINQ), Ana Oliva (AVANTE), Glicia Salmeron (OAB), Cibele Kuss (FLD) e Sarah Magalhães (REDTRANS). A presidente do Conanda Cláudia Vidigal convidou para mesa da plenária a representante da UNICEF no Brasil, Casimira Bengé.

Casimira Bengé agradeceu o convite e desejou boa tarde a todos e a todas, em seguida, cumprimentou a mesa e discursou: “Senhoras e Senhores em nome da UNICEF, Fundo da Nações Unidas para Infância no Brasil, a quem eu represento neste ato, eu participo da mesa consciente do papel e da importância do Conanda no que concede aos Direitos da Infância e da Adolescência do Brasil. Quero por isso em nome da UNICEF agradecer o convite. A UNICEF recebeu da ONU um mandato de apoiar os países a monitorar a implementação da convenção, é única agência que tem um mandato para esse feito expresso numa convenção da ONU. Hoje estamos aqui, nesta sala, dando concretude tanto ao mandato da UNICEF quanto a uma das competências do Conanda de promover a cooperação com organismos governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais para promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente, por isso considero de extrema importância e pertinência esse momento. Senhoras e Senhores, a UNICEF busca promover os direitos e bem estar de cada criança e cada adolescente, com seus parceiros trabalha em 190 países e territórios para transformar esse compromisso em ações completas que beneficiem todas as crianças em qualquer parte do mundo, concentrando especialmente seus esforços para chegar as crianças mais vulneráveis e excluídas, para tanto nós usamos como instrumento fundamental, balizadora da nossa atuação, a Convenção das Nações Unidas sobre o direito das crianças tem como princípios centrais e eu faço questão de mencionar, o princípio de garantia de sobrevivência e de desenvolvimento na medida em que os estados signatários devem fazer tudo que está ao seu alcance para preservar à vida e a qualidade de vida das crianças, garantindo um desenvolvimento com harmonia nos aspectos físicos, espiritual, mental, psicológico, moral e social considerando suas aptidões e talentos, o princípio da não discriminação que estipula que nenhuma criança dever ser prejudicada de forma alguma, por motivo de raça, credo, cor, gênero, idioma, situação ao nascer ou por padecer de uma deficiência física, o princípio da participação que garante as crianças e adolescentes como pessoas e sujeitos de direito, expressar suas opiniões nos temas que os afetem e o princípio do interesse superior da criança que obriga a que todas as crianças de instituições públicas ou privadas, autoridades, tribunais ou qualquer outra entidade ao tomarem decisões acerca das crianças devem considerar aquelas que momento lhes ofereçam o máximo bem estar, aquelas no máximo de nossos esforços, as melhores para as crianças e adolescentes. E como base

da convenção e nos seus princípios que periodicamente realiza diálogos com os governos, com a sociedade civil e com a UNICEF nos países fazendo recomendações específicas sobre a implementação da convenção, ou outras vezes fazendo posicionamentos sobre temas importantes de interesse global, e neste sentido importante recordar que em 2015, o Brasil apresentou o seu relatório, a partir de então um diálogo foi feito, envolvendo o governo, sociedade civil e UNICEF em um conjunto de recomendações foram elaboradas, deste modo, posso enfatizar que como signatários e guardiões da convenção precisamos implementar com urgência as recomendações do comitê dos direitos da criança em relação a implementação da convenção no Brasil. O contexto nacional da realização dos direitos da criança e do adolescente, assim o exige, não poderemos falar em direitos da criança e do adolescente sem fazer referência aos objetivos de desenvolvimento sustentável e agenda 2030. Hoje balizam também a nossa atuação ao nível global. Os 193 estados membros da ONU, incluindo o Brasil, comprometeram-se adotar a chamada Agenda Pós-2015 considerada uma das mais ambiciosas da diplomacia internacional, as nações trabalharam para cumprir os objetivos de desenvolvimento sustentável, conhecidos como ODS. Os ODS apresentam um plano de ação global para eliminar a pobreza extrema e a fome, fazer uma educação de qualidade, vida longa para todos, proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas até 2030. Estão baseados nos compromissos para as crianças e os adolescentes, nas áreas da pobreza, nutrição, saúde, educação, água e saneamento e igualdade de gênero contidos nos precursores dos ODS. Os ODS também incluem novos objetivos e metas relacionadas à proteção da criança e do adolescente, à educação infantil e à redução das desigualdades. Os ODS compreendem 17 objetivos e 169 metas. Essa nova agenda apresenta uma oportunidade histórica para melhorar os direitos e o bem-estar de cada criança e cada adolescente, especialmente os mais desfavorecidos, e garantir um planeta saudável para as meninas e os meninos de hoje e para as futuras gerações. Vamos trabalhar em parceria com governos, sociedade civil, empresas, universidades e outras agências das Nações Unidas – e especialmente com as crianças, os adolescentes e os jovens – para fortalecer o que funciona, inovar para melhorar soluções e resultados, medir o progresso e compartilhar lições aprendidas. Não pode haver desenvolvimento sustentável, prosperidade ou paz sem equidade – oportunidades justas para cada criança e cada adolescente. Se as crianças e os adolescentes mais desfavorecidos não compartilham desse progresso, ele não será sustentável. A nova agenda tem o potencial de definir o desenvolvimento global em um caminho mais equitativo. Ela dá a oportunidade de se oferecer a todas as crianças e todos os adolescentes as ferramentas, as habilidades e os serviços de que necessitam para sobreviver, prosperar e percorrer a maior parte de sua vida. Crianças, adolescentes e jovens precisam de um espaço para se envolver com aqueles que vão colocar os ODS em prática. As pessoas jovens podem ajudar a mudar sua própria vida e suas comunidades – elas têm ideias, energia ilimitada para a ação e a maior participação no futuro. Capacitadas e fortalecidas pelo conhecimento e pela consciência dos seus direitos e das necessidades urgentes do mundo, elas podem ajudar a garantir que os gestores cumpram os compromissos assumidos. Parabéns ao novo grupo empossado, parabéns a todos e cada um de vocês, como emanado dos princípios da convenção, precisamos de colocar a causa da criança acima de qualquer diferença, política, de gênero, religiosa, étnica etc. Como adultos temos essa responsabilidade, como gestores,

representantes do poder público e da sociedade civil organizada temos responsabilidades acrescidas, por isso precisamos potencializar o que nos une”. A presidente do Conanda, Cláudia Vidigal, agradeceu a Casimira Benge pela contribuição. Em seguida, abriu para a mesa para compor a fala da Casimira Benge. O vice-presidente do Conanda, Marco Antônio elogiou a fala da representante da UNICEF, solicitou o texto para divulgação, ressaltando que o que foi falado é conteúdo discutido entre a sociedade civil, em relação ao posicionamento que se refere a criança e o adolescente, em seguida agradeceu Casimira Benge. Cláudia Vidigal ressaltou que desde o início de sua gestão a UNICEF se colocou à disposição e se fez presente e que estão compartilhando pautas e informações e propõe que essa parceria se estenda ao Conanda. Em seguida, a presidente agradeceu e propôs desfazer a mesa da plenária, convidando os moderadores, Adriano Caetano e Tatiana Espindola que seguiram com programação da oficina de planejamento.

Item 3. Oficina de Planejamento Estratégico da gestão 2017-2018;

**Principais pontos abordados:** Os moderadores Adriano Caetano e Tatiana Espindola apresentaram-se a plenária. Em seguida, Adriano Caetano fez a proposta de coletar as expectativas de atividade de planejamento para a oficina, distribuiu cartelas para os conselheiros registrarem essas expectativas que foram relatadas na plenária. Em seguida propôs um espaço de reflexão e alinhamento aos representantes de entidades públicas e privadas para análise dos temas determinantes das comissões do Conanda. Os conselheiros representantes da sociedade civil e governo foram deslocados para as salas das comissões do Conanda com representatividade determinada na plenária.

**09 de fevereiro**

**9h-17h:** Continuidade da Oficina de Planejamento da Gestão 2017-2018.

Item 1. Continuidade da Oficina de Planejamento da Gestão 2017-2018.

**Principais pontos abordados:**

**18h00:** Encerramento da 257ª Assembleia Ordinária do Conanda.